

## **- COMUNICABILIDADE DA INFORMAÇÃO -**

- **INFORMAÇÃO SOBRE DATAS DE INÍCIO DE FUNÇÕES, DATAS DE PUBLICAÇÃO E NÚMERO DE DESPACHOS, NOMES DAS UNIDADES FUNCIONAIS A QUE DETERMINADAS PESSOAS ESTÃO AFECTAS**

De acordo com a CADA:

A regra geral é a de que todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo, documentos estes cujo regime de acesso é, assim, generalizado e livre: quem a eles quiser aceder não terá de justificar (nem de fundamentar), perante quem quer que seja, o respectivo pedido (artigo 7.º, n.º 1, e artigo 4.º, n.º 1, da LADA).

EXEMPLO:

Assunto: Pedido de conhecimento de data em que “A” se encontra em regime de substituição, data de publicação e número dos despachos que conferem a “A” a qualidade de (categoria “Y”), a que departamento funcional se encontram afectos os funcionários “B”, “C” e “D”.

ACESSO:

- As informações pedidas constam de documentos que deverão ser facultados ao requerente por várias razões:
  - As pretensões reportam-se ao acesso a documentos administrativos sem carácter nominativo e, portanto, generalizadamente acessíveis;
  - Os pedidos referem-se a documentos constantes de procedimentos já findos, pelo que não recaem no âmbito do n.º 4 do artigo 7.º da LADA;
  - Estão em causa dinheiros públicos (decorrentes do pagamento de remunerações), quanto aos quais os particulares – sejam cidadãos e/ou empresas – têm o direito de saber como foram formadas as opções da Administração e as razões por que se orientaram num sentido e não noutro.

- Finalmente: ainda que a documentação pretendida tenha natureza nominativa – em razão de apreciações ou juízos de valor sobre terceiros identificados ou identificáveis –, determina o n.º 6 do artigo 7.º da LADA que os documentos sejam objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada. Assim, não facultar o acesso a documentos, desprovidos desse tipo de dados, equivalerá a uma restrição ilegítima de um direito constitucionalmente consagrado (cfr. Artigo 268, n.º 2, da Constituição da República).

[www.cada.pt/](http://www.cada.pt/)

[www.cnpd.pt/](http://www.cnpd.pt/)